FOLHETO
Nº 131
DATA 26/11/02

OVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

ENCONTRO DE SOCIEDADES TRIBAL E NACIONAL

EDITADO PELO GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Palácio Rio Negro

EDUARDO GALVÃO

ENCONTRO DE SOCIEDADES TRIBAL E NACIONAL

apresentação de
ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

Manaus — Amazonas
1966

apresentação

O ESTUDO dos conflitos de cultura, de interação social que se verificaram na Amazônia desde o período colonial, só agora está sendo objeto de atenção mais demorada e profunda dos antropólogos. E no entanto, como área para a observação sociológica, parece-nos que somos particularmente ricos, pela existência de grupos indígenas ainda na forma tribal e a presença dos elementos não indígenas que chegam, invadem o espaço, localizam-se e encetam a operação de conquista, mansa ou não, das multidões gentias com que se defrontam.

Neste ensaio, submetido ao exame do XXXV Congresso Internacional de Americanistas, realizado no México, e publicado inicialmente nas "Actas y Memórias" daquela reunião, 1962, seu autor, o professor Eduardo Galvão, que chefia o setor de antropologia cultural do Museu Goeldi, de Belém, passa em revista, com a segurança de sempre, o encontro das duas sociedades, no vale do Rio Negro. Trata-se de ensaio cheio do maior interêsse, através do qual podemos acompanhar a destruição dos padrões primitivos locais, ou sua absorção pelos novos contingentes de imigrantes povoadores, todo, portanto, um largo processo de conflitos culturais de que está resultando um novo "status" social na região.

As EDIÇÕES DO GOVÊRNO DO AMAZONAS, editando o ensaio, pretendem proporcionar o conhecimento de um capítulo dos mais ricos da vida quase em estado de natureza que é ainda a que se vive no interior do Estado e de como se vai realizando a sua lenta transformação.

MANAUS, setembro de 1966.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

AO TEMPO da ocupação portuguêsa, que se inicia em princípios do século XVII, a Amazônia era habitada por um grande número de tribos indígenas, cuja cultura era geralmente do tipo hoje definido como "Floresta Tropical", (Steward, 1949) (1) de subsistência com base no cultivo de roças de mandioca, e de vida mais ou menos sedentária em aldeias. A mobilidade era função de condições ecológicas e das técnicas adaptativas. A tribo como entidade política era pouco definida, não obstante constituir uma unidade social, resultante de língua, padrões culturais, e território comuns. As aldeias, reunindo no mais das vêzes uma única linhagem, são as unidades estruturadas atuantes. Fugiam a essa definição grupos do interior, ocupando as bordas de savanas, ou que repontavam em alguns rios, de vida seminomádica e dependente sobretudo da pesca, não obstante a prática, algumas vêzes, de uma agricultura incipiente.

Entretanto, grupos de cultura mais complexa também ocuparam a Amazônia em tempos précolombianos, provenientes das encostas orientais sub-andinas ou da zona circum-caribe. Um número de jazimentos de cerâmica, definidores de fases ou tradições arqueológicas, como os de Marajó, Santarém, Maracá, Itacoatiara, Miracanguera, Manus e outros, indicam pela elaboração de técnica ceramista, densidade e extensão de depósitos e outros indícios, a existência de cacicatos (2). Essas tradições ceramistas não

---

(1) Embora aceitando a classificação tipológica de Steward, o autor propôs uma classificação em áreas culturais, enquadrando as tribos remanescentes em 11 áreas. Domina em extensão geográfica a área Norte-Amazônica (Galvão, 1960).

(2) Cacicatos, definidos aqui na acepção de "chiefdoms" de Steward (1959).

apresentam um quadro de evolução local. Surgem já plenamente desenvolvidas e a evidência arqueológica indica a sua origem a oeste e noroeste da área amazônica (cf. Meggers and Evans, 1958). As datas dessa ocupação são pouco precisas. Dados apoiados em cronologia mais apurada como a obtida pelo C14 são ausentes. A inferência sôbre datas obtidas para culturas ceramistas da periferia do vale amazônico alcança entre 950 e 600 A. C. Cultura de Soladero, Baixo Orenoco (cf. Armillas, 1957 : 15). Meggers e Evans situam em 700 D.C. o aparecimento das primeiras fases ceramistas na Ilha de Marajó, na foz do Amazonas. Entre 1200 e 1450, ocorre a Fase Marajoara, cujo provável centro de difusão e dispersão se localiza na região do rio Napo. A evidência arqueológica e a informação histórica, coincidem em indicar que êsses focos de maior desenvolvimento cultural ao longo do Amazonas, extinguiram-se antes da chegada do europeu. Entre outras causas, atribui-se o fato à inadequação de técnicas de subsistência, capazes de manter um nível demográfico elevado, e conseqüente perda ou atenuação dos padrões circum-caribeanos. Uma das exceções é a cultura tapajônica, que sobrevive até o primeiro século de colonização (Barata, 1952).

A conquista portuguêsa se inicia em 1616 com a fundação do forte do Presépio de Santa Maria de Belém, no braço sul da foz do Amazonas. Antecedendo aos portuguêses, inglêses, holandeses e uns poucos franceses haviam estabelecido feitorias para o escambo com índios, que atingiam até a foz do Xingu. Pedro Teixeira, em 1637, deixa Belém com "70 soldados portuguêses, 1.200 índios de voga e guerra, que junto as mulheres e moços do serviço passariam de 2.000 pessoas..." (Acuña, 1941 : 151), alcançando Quito, no Equador, um ano mais tarde. Em 1669 Pedro da Costa Favela e Frei Teodoro, reuniam em aldeamento na bôca do Rio Negro, os índios Tarumãs. Pouco

mais tarde é levantada a fortaleza da Barra de São José, atual Manaus. Tropas portuguêsas alcançam Marabitanas, no alto rio Negro, em 1725. O canal Cassiquiari, ligando o Negro ao Orenoco, é descoberto. Entre 1752 e 1763, são construídas fortalezas no alto Rio Branco e Rio Negro. Abre-se um nôvo caminho para o sul através do rio Madeira.

Ao lado de aldeamentos indígenas surgem as vilas coloniais, que deram origem aos atuais centros urbanos da Amazônia. Denominações portuguêsas como Santarém, Ega, Barcelos, S. Gabriel, substituem a toponímia indígena. Desenvolve-se uma política de miscigenação com prêmios em terras, armas e dinheiro, ao soldado ou colono português, casado com mulher indígena (Reis, 1940). Ao mesmo tempo se confere "status" político e social ao índio "domesticado" facultando-lhe, inclusive, acesso à regência dos negócios dos povoados e vilas, com a criação das **edilidades** (Reis, 1940 e 1944).

O processo não foi, entretanto, de absorção pacífica da massa indígena. Embora as "Ordenações" protecionistas, havia a obrigação do trabalho compulsório nas equipagens de embarcações, nas chamadas "fabricas", e nos serviços públicos dos centros urbanos que então surgiam.

Grandes contingentes de índios foram "descidos" dos altos rios, para os trabalhos públicos em cidades como Manaus e Belém, e para a construção de fortalezas como a de Macapá (Reis, 1944 : 12). A dominação do índio assumiu formas violentas através dos "resgates" de prisioneiros e das "guerras justas" (3). Nas missões, o regime era igualmente severo, preferindo-se o "pau que a retó-

---

(3) "...o cabo lusitano Belchior Mendes de Morais, ano de 1729, passou pelas armas 20.800 índios, segundo êle mesmo comunicou ao Capitão-General e Governador do Pará" (Reis, 1944:12).

rica" (cf. Daniel, Betendorf). Instalava-se ao mesmo tempo a dizimação pelo contágio de doenças como varíola (4).

A reação do índio não foi pacífica. Rebeliões reportaram nas várias áreas da Amazônia, sendo sufocadas pela fôrça das armas das expedições punitivas, cujo principal contingente era formado por índios de outras nações. Os Mundurucus, por exemplo, notabilizaram-se como aliados dos portuguêses na dominação do território entre o Madeira e o Tocantins. No Rio Negro as rebeliões assumiram, além do caráter de revide, o de movimentos messiânicos (Tenreiro Aranha, 1907, II, 5 : 86).

A resultante do contacto foi a destribalização dos grupos mais expostos, que habitavam as margens do Amazonas e o baixo curso de seus afluentes. Indivíduos de diferentes tribos foram reunidos nas vilas, aldeias missionárias ou simplesmente transferidos para os esparsos centros coloniais. Na vila, na aldeia, como na sede da capitania ou província impunha-se a cultura ibérica. As diversas línguas foram substituídas por um dialeto comum, com base no tupi-guarani, falado pelas tribos costeiras, porém codificado e gramatizado pelo missionário e colono. A persistência dêsse veículo de comunicação, encontra-se no testemunho de viajantes e naturalistas da segunda metade do século XIX, como Bates e Wallace.

A economia indígena, passou de atender a necessidade de subsistência interna, para suprir as exigências de um mercado externo. Ao mesmo tempo o braço indígena foi largamente utilizado na exploração de drogas e produtos naturais com prejuízo das atividades agrícolas tradicionais. Processo que persiste até o presente, e que veio a en-

---

(4) "As epidemias de varíola, assaltando a região de quando em vez, só entre 1743 e 1749 levaram 40.000 indígenas, em todo o vale". (Reis, 1944:12). Veja-se também Ribeiro (1956).

contrar seu ponto alto na exploração da borracha e outras variedades de goma.

Para a maioria dos grupos indígenas amazônicos, o processo de assimilação forçada, que teve início no século XVII, ainda está por se completar. Dada a relativa densidade de população e a condições de isolamento, remanescentes tribais ainda se afirmam como entidades autônomas, pela etnia, linguagem e tradição. Contudo, não considerando aquêles grupos mais isolados, parte ponderável dessas populações tribais, constituem mais pròpriamente extensões da frente pioneira nacional do que unidades distintas (Galvão, 1959 : 55). Engajadas na produção regional, perderam a auto-suficiência e dependem do comércio ou aliciamento de seus membros na indústria extrativa. Predomina a acomodação à sociedade dominante.

A história do contacto entre a sociedade luso-brasileira e a indígena pode assim ser esquematizada (Galvão, 1955 : 179 **ss**). O primeiro período, de expansão portuguêsa, situado entre 1600 e 1759, marcado pelo estabelecimento de feitorias e missões, expedições de reconhecimento e ocupação, os resgates, as guerras justas, os descimentos de índios para os centros coloniais. Em outros têrmos, a fixação de uma sociedade ibérica com experiência colonizadora já firmada, que passa a dominar a massa indígena frouxamente organizada em têrmos de economia e unidade política. Instala-se o processo de aculturação do índio, ao mesmo tempo que do colono europeu, êste porém já trazendo uma experiência de outras áreas que o tornam receptível afines a uma parte limitada da cultura indígena, como técnicas de subsistência. A economia e a estrutura sócio-cultural dos grupos nativos são reajustadas ao padrão de exploração mercantil dos portuguêses.

O período seguinte, de 1759 a 1840, inicia-se com a expulsão dos jesuítas, e conseqüente afirmação do poder

secular mercantil. Emerge um movimento revolucionário nativista, a Cabanada, em que participam grupos indígenas ao lado de uma população mameluca. Marca a integração dessa região ao quadro nacional que se esboçava com sucesso da autonomia política da nova nacionalidade sôbre a metrópole portuguêsa. Os meios de produção permanecem os mesmos do período anterior, ainda com ênfase na coleta de produtos naturais, a par de uma agricultura incipiente.

Entre 1840 e 1920 fixam-se os rumos da economia regional para indústria extrativista, com base na borracha.

É o período de influxo na Amazônia, de outras correntes que a portuguêsa e a indígena. A área atrai sobretudo nordestinos, êles próprios mestiços de uma cultura luso-indígena, porém de características diversas, cujo impacto, entretanto, não se faz sentir de modo muito marcado, pela diluição de seus elementos em uma extensa área geográfica e a sua dispersão imposta pelas técnicas extrativistas. E' nesse período, entretanto, que se atinge ao ponto crítico de assimilação compulsória ou não de elemento indígena. Deixa êle de ser a mão de obra essencial. Não assimilado ou acomodado retrai-se para as aldeias e territórios isolados, diminuindo sensìvelmente a sua absorção pela sociedade regional. Firmam-se, tão definitivamente como o permite a economia local, as freguesias, povoados e centros urbanos. O índio tribal não participante dos mecanismos sócio-econômicos locais, passa à condição de protegido do estado, e como tal, não obstante as pressões aculturativas, persiste como entidade aparte, cujo processo de desintegração tribal ou integração na sociedade nacional passa a depender de fatôres mais complexos e variáveis.

Torna-se evidente que os processos de aculturação e mudança cultural, sofridos por ambas a sociedade nacional e a tribal, visto neste quadro demasiado amplo e esquemá-

tico, sòmente podem ser percebidos e entendidos nas suas linhas mais gerais. A especificação do fenômeno requer o estudo detalhado de períodos históricos ou de áreas geográficas e culturais em que os fatôres mais induzentes da mudança de uma ou outra sociedade possam ser melhor analisados.

Optamos aqui pelo estudo de uma área amazônica em que alguns processos indicados no **continuum** histórico-cultural comum à Amazônia ainda afloram no presente.

Trata-se da região do Rio Negro, uma fronteira como as muitas da Amazônia, já devassada em meados do século XVII, com a fundação da Vila da Barra, hoje Manaus. A exploração de seu alto curso em 1725 até Marabitanas, e a fundação de fortalezas em Uaupés (hoje S. Gabriel), e no Rio Branco, na foz do Tacutu, datando de 1752 e 1763, asseguraram aos portuguêses as linhas definitivas da fronteira política e posse territorial.

Era o Rio Negro habitado por um largo número de tribos como os Tarumãs, Passés, Barés e Manaos, de fala aruaque, cuja resistência ao invasor luso foi esmagada por expedições punitivas como as de Belchior Mendes de Moraes, de quem se afirma ter morto e preado cêrca de 20.000 índios Manaos em 1729, a de Pedro Costa Favela arrasando 300 malocas no rio Urubu, e a de Miguel Siqueira, que revidando um ataque dos Manaos a Mariuá (atual Barcelos) faz de seu "maior número pasto das espingardas" (Baena, 1838 : 250).

Durante o primeiro século de colonização foi a população indígena dessa área uma das maiores fontes de mão obreira nos povoados e vilas que então se fundaram, participando também nas expedições de coleta de drogas do sertão, como chamavam aos produtos naturais, e na experiência agrícola que aí se instalou em princípios do século XVIII.

O movimento revolucionário dos Cabanos, que se inicia em 1834, lavrou em todo o Rio Negro, alcançando até o

Içana. Levantes messiânicos que proclamavam o surgimento de um Cristo indígena, se sucederam (Tenreiro Aranha, 1907, II, 5:86 ; Koch Grünberg, 1909), sobretudo dos princípios do século XIX à época presente (Galvão, 1959 : 54).

Dizimada ou assimilada a população indígena do curso principal, restaram no presente grupamentos tribais que se concentram nos afluentes Içana e Uaupés, além de grupos isolados como os Waiká entre o Demeni e Cauaboris, ou aquêles de Uraricoera das encostas do Parima, que sòmente nos últimos dez anos vieram a ter contacto efetivo com os brancos.

O processo de aculturação intertribal, anterior à chegada dos portuguêses foi acelerado com a restrição de territórios e imposição de cessação de hostilidades vicinais pelos missionários e colonizadores. Tribos de várias extradições como os Baniwa, Tukano e Makus, alcançaram através de trocas culturais uma homogeneidade de padrões que os identifica numa mesma subárea cultural.

A população indigena, mesmo das aldeias mais recuadas, mantém contactos periódicos e permanentes, desde os tempos coloniais até o presente, participando ainda hoje ativamente na economia local, seja no comércio do produto agrícola, a farinha de mandioca, seja no trabalho de coleta da borracha, castanha e piaçaba.

Os dialetos dominantes, sobretudo o aruaque, foram no século XVIII como ainda o são hoje, substituídos pela língua geral, uma forma adaptada do tupi-guarani utilizada pelos colonos, e que tem predominância sôbre o português, e como êste inteiramente estranha aos habitantes originais da área.

Embora no Rio Negro, como nas demais áreas da Amazônia luso-brasileira, o ciclo da coleta da droga do sertão, tenha dominado durante o período colonial e sob outras formas se prolongado até o presente, realizou-se no Rio

Negro uma experiência agrícola de certo vulto. Não por iniciativa privada do colono, mas por intervenção estatal. "Os diretores dos povoados e as câmaras municipais que funcionassem nas vilas, deviam ocupar-se intensamente da lavoura" (Reis, 1944 : 27). "Cada vila recebia, por isso, exemplares de vacuns, que se obrigava a zelar e fazer aumentar. . ." (Reis, 1944 : 28). Entretanto, como aponta Reis, o plano encontrara dificuldades, no fato de serem essas edilidades, Barcelos, Tomar, Moura, no Rio Negro "integradas em sua quasi totalidade pelo gentio elevado à condição de membro conspícuo da sociedade em formação" (Reis, 1944 : 29). Uma Intendência de Comércio, Agricultura e Manufaturas, foi criada para atender a êsses problemas.

Aos produtos já cultivados pelo índio como a mandioca, de que se derivava a farinha, básica para alimentação do nativo e do colono português, o milho, as favas, introduziu-se e difundiu-se o plantio do café, cacau, cana de açúcar, anil, algodão. Salientando a importância dessas lavouras introduzidas (Reis, 1944 : 33) anota o número de pés de café, que em tôda Capitania, atinge em 1785, a cêrca de 220.000. Cacaueiros cultivados sòmente no Rio Negro somavam 200.000.

Essa experiência alcançou seu ponto alto durante a administração de Lobo D'Almada, que assumiu o govêrno da Capitania em 1779. Além de reforçar e estimular o programa agrícola, atacou o da mão de obra, recrutando à fôrça d'armas o índio mais arredio ao trabalho para o colono, intensificando de muito os "descimentos", embora com isso contrariasse os regimentos protecionistas baixados pela Coroa em favor dos índios.

O escoamento da produção se fazia para Belém e para a Metrópole. Mas era também utilizada para atender ao largo movimento de expedições portuguêsas e espanholas que na época estavam empenhadas nas lides de demarcação dos domínios com vizinhos.

Barcelos, a antiga aldeia de Mariuá, domínio dos índios Manaos e centro de correrias e lutas entre tropas e índios, tornou-se sede da Capitania e núcleo de manufaturas e do beneficiamento dos produtos cultivados. Sua população em 1800 é estimada em 3 000 pessoas (5).

Entretanto, instala-se uma crise administrativa que os sucessores de Lobo D'Almada não são capazes de solucionar. O centro econômico desloca-se temporàriamente do Ric Negro para o Solimões, e as lavouras e manufaturas entram em declínio. Os naturalistas Spix e Martius dão excelente informação e análise dêsse período de declínio. A Capitania perde sua autonomia administrativa e passa à condição subalterna de Comarca da Província do Pará. O recurso à taxação excessiva sôbre os produtos naturais e cultivados para sustentar a estrutura colonial em falecimento, desencoraja a produtividade, ao mesmo tempo que fomenta inquietações entre a massa campesina de mamelucos e índios, que finalmente eclode no movimento nativista da Cabanada.

A volta ao ciclo de coleta impunha-se com o fracasso da experiência agrícola e se reforça com a evaporação de um nôvo produto natural, a borracha, originalmente usada pelos índios do Solimões, os Cambevas. Utilizada a princípio como impermeabilizante, a goma elástica passou a ter larga aplicação industrial. Entre 1870 e 1910 se afirma como produto exclusivo, absorvendo tôda a atividade econômica do vale. Mesmo após a queda de preços, face a concorrência das plantações no Oriente, persistiu como dos poucos produtos garantidores de crédito.

A borracha atraiu para a Amazônia largos contingentes de imigrantes nacionais e estrangeiros que vieram a quebrar o relativo isolamento da população e economia regionais.

---

(5) População atual: sede do Município 970 habitantes; total para o município: 4.911 habitantes (Enciclopédia municípios, 1957:113).

No Rio Negro, o elemento forasteiro de maior relevância, provinha do Maranhão. Aí instalou-se, menos como mão de obra primária (como os nordestinos que ocuparam o Madeira e os "altos rios"), e mais como classe gerenciadora distribuída entre os vários serviços de capatazia, faturamento e direção dos seringais. Nessa área, o coletor de produto continuou como no passado (nas expedições de busca de drogas ou no serviço das lavouras e manufaturas), a ser o índio. O processo de seu recrutamento acompanha em linhas gerais, o dos tempos da colônia, o "descimento" e a compulsão ao trabalho por pressões de vária ordem. A insuficiência demográfica do baixo e médio curso do rio, levou a intensificação de aliciamento de índios tribais refugiados em afluentes como o Içana e o Uaupés, aos quais, entretanto, não era novidade as relações e a denominação do "civilizado", instaladas desde o século XVIII, quando floresciam as Diretorias de Índios e Missões, ambas empreiteiras de trabalho. O elemento de comunicação, a "língua geral" que persistiu entre a população mestiça, foi absorvida pelo maranhense ou pelo "novo" português.

A falta de mulheres entre os imigrantes, fêz persistir o antigo padrão de uniões com mulheres indígenas ou de descendência indígena, criando uma trama de parentescos que mais facilitaram as relações paternalistas da classe dominante.

A fragilidade e inconsistência do sistema de crédito e aviamento, dominante no seringal, como em outras empreitadas extrativistas, ou na incipiente atividade agrícola, impediu a concentração de capitais e a sua potencialidade como elemento criador de novas atividades. Os esparsos centros urbanos, resíduos das antigas **edilidades,** subsistem tão sòmente como abrigo da burocracia administrativa e postos fiscais. Tôda a produção é cambiada pelos artigos de importação. Não existem especialistas ou indústrias locais, e afora o pequeno grupo fixado pela atividade comercial ou

pelo mecanismo estatal, a população é flutuante, adensando-se ou rarefazendo-se segundo a estação da coleta.

Êsse quadro, persiste até o presente em sua delienação básica. Aceleraram-se entretanto os mecanismos de mudança. A perda de isolamento é crescente com a ampliação de meios de comunicação, motor, avião, rádio, literatura, etc. Reforçaram-se as formas de intervenção estatal com instituições como o Banco de Crédito da Amazônia, financiador e controlador das operações com base na borracha, e a atuação embora atenuada de serviços de saúde e programas de educação. As missões religiosas, não obstante a agência local do Serviço de Proteção aos Índios, mantêm contrôle sôbre a maior parte da população indígena tribal. Dessa população, os aldeamentos mais próximos das rotas de exploração comercial transformaram-se em pontos de apoio e extensões da frente pioneira, e não raro o núcleo tribal tendo a fragmentar-se em centros de população mixta, ou a rarefazer-se nos chamados "sítios", mantidos e ocupados por um grupo doméstico.

Os principais nucleamentos tribais encontram-se hoje situados nos rios Içana e Uaupés, constituídos pelos Baniwa e Tukano. Os primeiros, divididos em dois grupos dialetais, e um número de **sibs patrilineais**, como os Siuci, Ipeca, Katapolitani, Marakyá e outros que na literatura assumem papel de tribos (Koch Grünberg, 1909-10; Goldman, 1948; Nimuendajú, 1950; Galvão, 1959). Os Tukano distribuídos ao longo do Uaupés e afluentes, também subdivididos em vários grupos como os Kobewa, os Uanana, os Deçana. Um número de grupos sob a denominação genérica de Makus, que se estendem do Inuixí, afluente do Negro pela margem sul, até o Uaupés, sofrem influência Tukana, e são geralmente arredios ao contacto. Na margem norte, entre o Demeni e o Cauaboris, encontram-se os Waiká-Xirianá, que a julgar pela informação local são de extração recente, pro-

vàvelmente vindos do norte, ainda permanecem isolados, mantendo contactos esporádicos apenas com missionários e agentes do Serviço de Proteção aos Índios.

O que há a anotar é que êsses grupos por sua proximidade geográfica, e possìvelmente estimulados pela restrição de seus territórios, resultado da expansão colonial, sofreram um intenso processo de aculturação intertribal, a ponto de constituir uma área cultural, das mais nítidas de delimitação e caracterização. Os traços que a definem são aquêles já descritos para a área cultural norte-amazônica (Galvão, 1960).

Exceto pelos Makus, Baniwas e Tukanos tinham como base de sua estrutura social, a divisão em sibs localizados. As relações entre êsses dois principais grupos e os próprios Makus, levou a criação de novos sibs, de origem mixta. Assim os Wira-miri, descendentes mesclados dos Warikena, que se integraram aos Baniwas como um sib, os Kadaupuritana e Hohodene, que Nimuendajú (1950 : 164-165) considera descendentes das primeiras hordas Makus. Da mesma forma, grupos Baniwas como os sibs do Querari, foram "tucanizados", e hoje falam o Kobewa (Nimuendajú, 1950 : 165). Ocorre, inclusive, o processo de reversão tribal, como aconteceu ao sib Djibeia, que primitivamente instalado no rio Querari, assimilou a língua Kobewa, para após imigrar para o rio Aiari, reintegrar-se social e lingüísticamente aos Baniwa Karu, dessa região. Uma tribo aruaque, a Tariana, que emigrou para o Uaupés, "está se tucanizando cada vez mais, já tendo abandonado por completo o uso de sua língua antiga, trocando-a pela Tucana". (Nimuendajú, 1950 : 165).

Embora habitando territórios relativamente protegidos pelo isolamento, um dos efeitos cumulativos da pressão aculturativa das frentes pioneiras, foi mudar o quadro tradicional da localização dos sibs. Alguns como os Siuci, Sukuriu, Koati e Ipeca que a tradição tribal e a informação

histórica situam no alto Aiari, estão hoje localizados no baixo Içana.

A habitação à troca de traços culturais entre as várias tribos, acreditamos, facilitou o processo de aculturação com fonte na sociedade luso-brasileira. Um dos fatôres que mais contribuíram ao processo, foi a difusão de uma língua comum, o "Geral", que passou a funcionar, e mesmo dominar como dialeto intertribal e entre índios e luso-brasileiros.

A população indígena mão de obra primária, teve que aproximar-se dos campos de produção. Os sibs foram forçados a abandonar sua localização tradicional, e em alguns casos romper com regras tradicionais como a de não co-habitar a mesma aldeia. É o caso de Sant'Ana, antiga aldeia dos Marakayá, que hoje também abriga indivíduos do sib Jurapari.

Um passo adiante nesse processo, é o de reunir não apenas indivíduos de sibs vários, mas grupos locais de tribos diferentes. Na localidade de Campinas, próximo a Tapuruquara, convivem representantes esparsos de vários sibs Baniwa, Tariana e Tukano (Galvão, 1954 : 313 **ss**). A língua comum é o "Geral" e o processo de acomodação transferiu a regra de exogamia dos sibs para a unidade tribal. Mesmo conscientes de sua denominação e filiação de sib, os indivíduos sòmente se casam com outros de tribo diferente. Processo que não é inovação, pois Wallace (1939 : 636) já o relata em meados do século XIX, mas que tende a acentuar-se face ao deslocamento progressivo de grupos locais e sua convizinhança forçada pelos novos mercados de trabalho (6).

---

(6) Não obstante a habituação e compulsão ao trabalho nos seringais e outros campos de indústria extrativa, o índio do Rio Negro tem como forma de ocupação preferencial a lavoura. Entretanto esta não lhe dá crédito e aviamentos que satisfaçam as necessidades adquiridas, que vão desde o sal de cozinha a ferramentas, indumentária, armas de fogo, etc.

Essas mudanças que ocorrem na sociedade tribal não decorrem de um processo gradual. O ritmo ou a penetração da mudança são resultados de transformações que operam na sociedade nacional. O processo de aculturação inter-tribal, iniciado antes da conquista portuguêsa, sofreu um aceleramento progressivo, porém irregular na medida que se desenvolveu o dispositivo de ocupação e fixação da frente pioneira nacional em território indígena. Foi concorrente nessa estimulação de trocas, o policiamento das relações intertribais, imposto pelas antigas Diretorias de Índios, Missões religiosas, e mais modernamente pelo Serviço de Proteção aos Índios que impediram guerras ou hostilidades entre grupos vicinais.

O processo de aculturação entre as sociedades — a tribal e a nacional — foi facilitado por fatôres como a simplicidade cultural do colono setecentista, e a sua dependência do índio, não apenas como mão de obra mas como possuidor de um complexo sistema de adaptação às novas condições ecológicas que defrontava. No índio atraía sobretudo a introdução de ferramentas mais eficientes que facilitavam essa adaptação. A dominação secular e religiosa, apoiada em fôrça de armas, foi, nessa região, orientada para a integração do índio na sociedade colonial.

Entretanto o processo aculturativo cedo deixou de ser bilateral, para um outro, impositivo do luso-brasileiro para o índio, acentuando-se mais e mais a clivagem social e a superação dos mecanismos de auto-determinação tribal, por outros que evidenciam franca dominância do colono.

A sociedade nacional, no seu processo de transformação, não atuou uniformemente sôbre a cultura indígena. A períodos como aquêles já mencionados, como o do ciclo da "droga do sertão" ou o da experiência agrícola, de intenso recrutamento do braço indígena, e conseqüente rápida des-

tribalização, sucederam-se outros de maior ou menor duração, de retração da frente pioneira, como no caso do desmoronamento da experiência agrícola, ou mais recentemente, da queda da borracha. Isso permitiu a conservação de um resíduo, ou mesmo recomposição da sociedade tribal, entre aquêles grupos mais recuados ao contacto.

No resíduo como na recomposição tribal, o processo orientou-se pela acomodação de padrões tribais a linhas e valores da sociedade dominante. A instituição base, por exemplo, da chefia do grupo local passou a depender menos da linhagem e hierarquia pessoal, do que da imposição ou reconhecimento dêsse "status" pelo "civilizado". A "carta patente" de capitão ou tuxaua, documento escrito por uma autoridade ou comerciante, é mesmo entre indivíduos do mesmo sib, condição de reconhecimento da autoridade de seu chefe. As funções dêstes foram consideràvelmente reduzidas face a independência e importância crescente dos grupos domésticos, que se engajam individualmente nas várias empreitadas econômicas. O chefe passou a ser um simples intermediário nas relações do grupo local com indivíduos de fora.

O encontro das duas sociedades, a tribal e a nacional, no rio Negro, não resulta simplesmente num **continuum** folk-urbano entre duas situações polares, a cidade de Manaus e as malocas do Içana e do Uaupés, em que se observam um "gradient" que reflete maior ou menor proximidade e influência de uma delas, o centro urbano e a aldeia. Não obstante, em última análise os elementos culturais que definem a área possam ser retraçados a sua fonte original, a tribo ou a cidade, a situação se define melhor pelo conjunto de fatôres históricos, culturais e ecológicos que resultaram em constelações sociais de caracter diferenciado. Em Barcelos, no baixo rio Negro e próximo a Manaus, embora subjacentes na cultura do caboclo um número de elementos indígenas, adquiridos no passado,

defronta-se com uma população nacional que começa a ter agora contactos com grupos indígenas até pouco tempo isolados e hostis. As possibilidades de assimilação, ou de seu processo inicial, aculturação são mínimas, face ao que se poderia chamar de "distância cultural" entre as duas sociedades. Os processos que operaram no passado não se encontram atuando no presente, dadas às novas condições.

Em Tapuruquara (antiga Sta. Isabel), no médio Rio Negro, encontra-se uma situação diferente. Uma população brasileira mestiça de índios e brancos convizinha com "sítios" habitados por índios "descidos" e aí sediados já de uma ou duas gerações, com um povoado da população mixta de várias tribos (Campinas) e com índios "bravos" que sòmente nos últimos anos têm se aproximado, genèricamente designados por Makus. Como em Barcelos, êstes últimos tenderão a se enquistar, e o processo será menos de aculturação do que o da difusão entre êles de elementos materiais como ferramentas, sem que entretanto sua estrutura social seja profundamente afetada. Os índios dos sítios ou do povoado de Campinas, não obstante a discriminação social que os categoriza em situação inferior, constituem uma reserva assimilável e onde o processo aculturativo atinge sua fase final.

Uaupés, originária da fortaleza de São Gabriel da Cachoeira, das mais antigas vilas do Rio Negro, é quase exclusivamente um centro comercial e administrativo. É a sede da maioria dos patrões que contratam ou fazem descer índios dos rios Içana e Uaupés para serviços temporários nos seringais do médio rio Negro. O índio não se integra à vida urbana por ser um elemento de passagem. O branco pràticamente não se estende além dos limites da cidade. Como nas proximidades de Tapuruquara existe um número considerável de sítios ocupados por famílias indígenas.

Não obstante a aparente semelhança dessa situação, com outras, a exemplo a descrita por Redfield (1948) para

Yucatan — a de um pólo urbano e outro indígena ligados por uma única via de comunicação, neste caso o rio, fatôres históricos e culturais interviram no processo aculturativo, emprestando-lhe uma característica diversa.

bibliografia

ARMILLAS, PEDRO

1957 **Programa de historia de la América Indígena.** 1.ª Parte, América Precolombina. Unión Panamericana. Estudios Monográficos, 2.

BARATA, FREDERICO

1952 "Arqueología", en **Artes Plásticas no Brasil,** pp. 13 a 74. Rio de Janeiro.

CARVAJAL, GASPAR DE, ALONSO DE ROJAS Y CRISTÓBAL ACUÑA

1941 **Descobrimento do Rio das Amazonas** (Trad. C. de Melo Leitão). Ed. Nacional, São Paulo.

GALVÃO, EDUARDO

1955 "Mudança cultural na região do Rio Negro", **Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas.** São Paulo, 1954, pp. 313-319.

1955b "Santos e visagens; um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas", en **Brasiliana,** Vol. 284, São Paulo.

1957 "Estudos sôbre a aculturação dos grupos indígenas do Brasil", **Rev. de Antropologia,** Vol. 5, N.º 1.

1959 "Aculturação indígena no Rio Negro", **Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi,** N.S., Antropologia, N.º 7, Belém.

1960 "Áreas Culturais no Brasil, 1900-1959", **Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi,** N.S. Antropologia, N.º 8, Belém.

GOLDMAN, IRVING

1948 "Tribes of the Uaupés-Caquetá Region", **Handbook of South American Indians,** Vol. 3:763-798. Bureau of Amer. Ethnol. Bull. 143; Smith. Inst. Washington.

KOCH-GRÜNBERG, THEODOR

1909- Zwei jahre unter den Indianern. Reise in Nordwest Brasilien, 1903-5. Berlim. 1910, 2 vols.

MEGGERS, BETTY and CLIFFORD EVANS

1957 **Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon.** Bureau of Amer. Ethnol.; Bull. 167; Smith. Inst. Washington.

1958 "Archaeological evidence of a prehistoric migration from the Rio Napo to the mouth of the Amazon", in **Migrations in the New World Culture History,** Univ. Arizona, Social Science, Bull. 27.

MULLER, SOPHIA

1952 **Beyond Civilization.** Chico, Calif. New Tribes Mission.

NIMUENDAJÚ, CURT

1950 "Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés", **Journal Société Américc.,** N.S. Vol. 39; pp. 125-182. Paris.

PRADO JR., CAIO

1945 **Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia.** 2.ª ed., São Paulo.

REDFIELD, ROBERT

1948 **The Folk culture of Yucatan.** Chicago, III. Reis, Arthur Cézar Ferreira.

1940 **A Política de Portugal no Vale Amazônico.** Belém.

1944 **O Processo histórico da economia amazonense.** Rio de Janeiro.

RIBEIRO, DARCY

1956 **Convívio e Contaminação. In** Sociologia, vol. 18, n.º 1, São Paulo.

STEWARD, JULIAN

1949 **South American cultures: An interpretative summary. Handbook of South American Indians,** vol. 5:669-772, Bureau of Amer. Ethnol. Bull. 143; Smithsonian Institution. Washington.

STEWARD, JULIAN e FANON, L. C.

1959 **Native peoples of South America.** New York.

TENREIRO ARANHA, BENTO DE FIGUEIREDO

1906-7 **Archivo do Amazonas.** Vols. 1-2. Manaus.

WAGLEY, CHARLES

1953 **Amazon town, a study of man in the Tropics.** New York.

WAGLEY, CHARLES and HARRIS, MARVIN

1958 **Minorities in the New World. Six case studies.** New York.

WALLACE, ALFRED

1939 **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro.** Trad. O Torres. Série Brasiliana, Vol. 156. Edit. Nacional, São Paulo.

Esta obra foi executada nas oficinas da Editôra Sergio Cardoso, Rua Joaquim Sarmento, 78 — Manaus, para o Govêrno do Estado do Amazonas.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM